



Organização Social de Saúde Casa de Isabel
CENTRO DE SERVIÇO APOIO TÉCNICO

Apêndice do Anexo C

ATA REUNIÃO CLÁUDIO- SES - CLÁUDIO, CRISITINA, DA VE, CAROLINA E BERNADETE

Claudio trouxe os números atualizados de casos de violência (em anexo). Chamou a atenção para o seguinte: no modelo sinan, transtorno comportamental e transtorno mental entram como deficiência. Por exemplo, no ano de 2012, 2.869 pessoas que sofreram violência eram pcd. Destas, 1921 tinham algum dos transtornos. E 948 deficiências como visual, auditiva, física e mental. Ele disse que esses números são maiores em cidades como Ribeirão, São José do Rio Preto e Botucatu, e que lá existem indústrias sucro-alcooleiras que utilizam agrotóxico que contém um componente psico-depressivo. Disse ainda que na maior parte destes casos o agressor é a própria pessoa, ou seja, são casos de suicídio e/ou tentativa.

Isso é um problema porque altera muito os dados sobre pcd. Eles (da VE) irão entrar em contato com o MS para conversar sobre isso.

Quanto a nós, da SDPCD e da delegacia, ficou acordado o seguinte: Carol vai fazer uma lista de todos os serviços de saúde que já foram mapeados, e que servirão de referência para a delegacia. A partir disso, Cláudio não vai ver quais são municipais e tentar pressionar a SES para que esta, por sua vez, pressione a Secretaria de Saúde Municipal de São Paulo, para que disponibilize finalmente os dados do Sivva (Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes) e /ou alimente o SINAN. Isto com o argumento de que vai se criar, a partir das demandas da delegacia, um sistema de retaguarda, que serviço será referência de qual, e que é preciso que a notificação inclua os dados do município.

Enquanto isso, o município está recebendo recurso do MS como se estivesse alimentando o Sinan com dados sobre violência.

Cláudio disse que o Estado ainda tem acesso ao Sivva porque 2 técnicos antigos “guardam os dados”, com a alegação de que a Prodam não pode/consegue fazer a migração.

Na capital, a vigilância de saúde é municipalizada (mesmo em serviços estaduais) e ainda assim não é utilizado em todas as unidades. Assim, a notificação dos casos referentes à população do município de São Paulo -- cerca de 27% da população do estado -- não é feita via SINAN.

Cláudio escreveu um artigo que sairá no BIS (Boletim do Instituto de Saúde): “Violência, gênero e cor no estado de São Paulo”.